



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



Dias Loureiro esteve a dar explicações aos deputados

EX-MINISTRO FOI ONTEM AO PARLAMENTO DAR EXPLICAÇÕES SOBRE O CASO

Dias Loureiro sentia-se "perdido" no BPN

Manuel Dias Loureiro voltou ontem a assegurar que nada sabia das alegadas irregularidades cometidas por Oliveira e Costa enquanto presidente do Banco Português de Negócios.

Aos deputados da comissão de inquérito parlamentar à nacionalização daquela instituição, o ex-administrador do Grupo SLN subli-

nhou que nunca se identificou com o modelo de gestão de Oliveira e Costa e que isso fez com que acabasse por se sentir "perdido" na instituição.

Revelando que "quase não tinha tarefas atribuídas", Loureiro reiterou ainda que foram os métodos de Oliveira e Costa que o levaram a agendar uma reunião

com o Banco de Portugal, onde transmitiu a sua "intranquilidade" face à falta de reuniões formais e de atas dos encontros entre administradores do grupo.

Questionado pelos deputados, Loureiro voltou a garantir que desconhecia quaisquer negócios entre o BPN e o Banco Insular.

JOÃO CRISTÓVÃO BAPTISTA



TIAGO PETINGA/LUSA

Pedro Duarte Neves, vice-governador

Avisar Cadilhe era violar a lei

● Pedro Duarte Neves, vice-governador do Banco de Portugal com o pelouro da supervisão, referiu ontem que informar Miguel Cadilhe sobre as alegadas irregularidades efectuadas pelo BPN através do Banco Insular e do balcão virtual antes da tomada de posse "seria uma violação legal", sublinhando que o supervisor "participou o que tinha de participar a quem de direito". Para justificar o facto de o BdP

não ter nomeado administradores provisórios (usados nos casos de saneamento das instituições), acrescentou que "haver uma situação criminal não significa que tenha de se fechar o banco".

Dias Neves admitiu que o plano apresentado por Miguel Cadilhe antes do Verão "criou esperança de que pudesse contribuir para a resolução da situação do banco", mas a crise inviabilizou a estratégia. ■

CASO BPN ■ EX-ADMINISTRADOR DA SLN OUVIDO NA COMISSÃO DE INQUÉRITO

“Nunca ouvi falar do Insular”

■ Dias Loureiro afirma ter-se sentido “perdido” no modelo de gestão de Oliveira e Costa

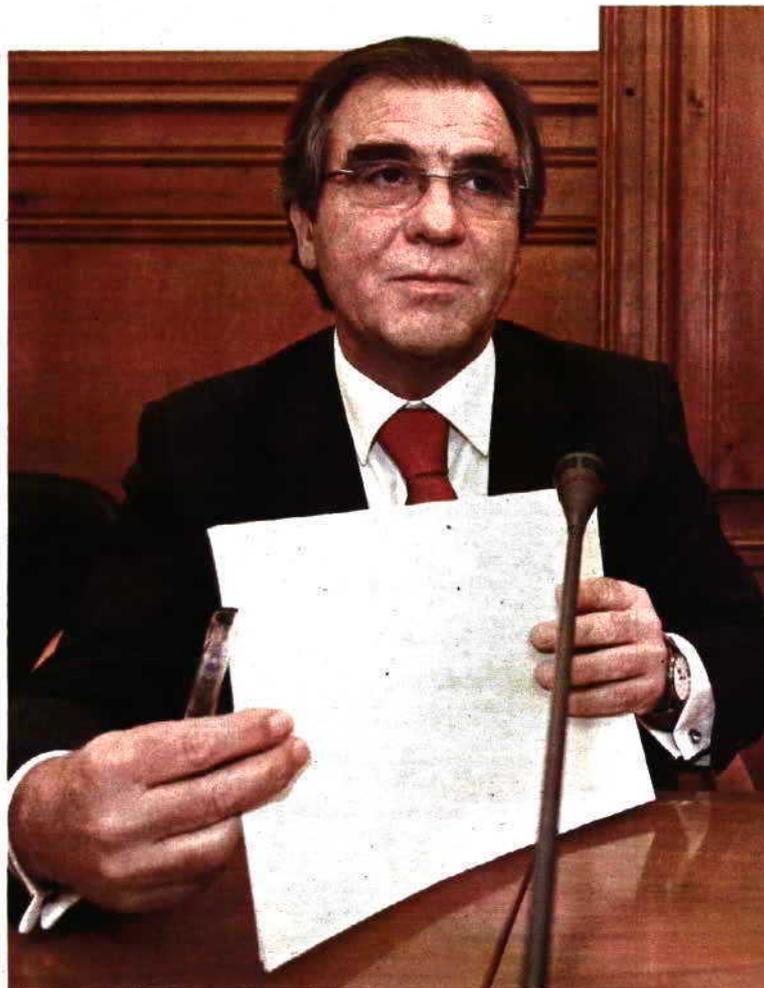
● DIANA RAMOS

Dias Loureiro, antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), grupo que detinha o BPN, garantiu ontem na Assembleia da República que ouviu pela primeira vez falar do Banco Insular nas páginas dos jornais, “há três ou quatro meses”. E admitiu que se “sentia perdido” nas tarefas que desempenhava.

“Nunca participei em nenhuma reunião da SLN em que se falasse do Banco Insular e nunca ouvi nenhuma conversa informal sobre o Banco Insular”, afirmou Dias Loureiro na comissão de inquérito à nacionalização do BPN.

Após uma demorada explicação sobre a venda da Plêiade à SLN e a sua entrada no grupo então presidido por Oliveira e Costa – em que relatou os negócios em Marrocos e o investimento em Porto Rico –, o ex-ministro adiantou que a proposta do banqueiro para que o acompanhasse na SLN como número dois do grupo nunca avançou. “Havia muita má vontade em relação a mim por parte dos accionistas”, explicou, sublinhando: “Sentia-me perdido, não tinha tarefas definidas em nenhum lugar.”

Dias Loureiro destacou ainda o desconforto relativo à forma de gestão da SLN. “Ele [Oliveira e Costa] chamava as pessoas com um pelouro ou departamento e despachava”, explicou o ex-governante, garantindo que levantou o assunto “vezes sem conta”. “Enquanto administrador executivo, enquanto administrador não exe-



TIAGO PETINGA/LUSA

O ex-ministro garantiu ter dito “com verdade” tudo aquilo que sabe

cutivo, e até mesmo como amigo, disse ao dr. Oliveira e Costa que a gestão do grupo era particular.”

Aliás, Dias Loureiro assumiu ter defendido a entrada da Caixa Galicia no capital da SLN “porque o modelo de gestão tinha de mudar”. O antigo ministro recusou, contudo, “julgar” a figura de Oliveira e Costa, que considerou sempre ser uma pessoa “mui-

“Não tinha tarefas definidas em lugar nenhum”

Dias Loureiro

to inteligente” e “com um currículo respeitável”.

Dias Loureiro disse ainda que, há quatro meses, Oliveira e Costa o informou de que estava em curso uma investigação do Banco de Portugal e

que podia vir a ser chamado a prestar esclarecimentos no caso. Mas terá garantido ao ex-administrador que o Insular não pertencia ao BPN nem à SLN. ■

**DIA A DIA**

Supervisão às cegas

Pedro Duarte Neves, vice-governador do Banco de Portugal e o homem que coordena o pelouro da supervisão bancária, disse ontem na comissão de inquérito parlamentar que o BPN, devido ao seu crescimento muito rápido, foi alvo de uma atenção muito próxima da autoridade bancária. Estas afirmações, certamente verdadeiras, revelam a ineficácia dos sistemas de controlo por parte da supervisão bancária. Se foi possível fazer todos os negócios extravagantes já conhecidos, com atenta vigilância da autoridade, o que seria possível fazer se não houvesse esse controlo. Sabendo também que os meios de fiscalização são escassos, o Banco de Portugal só pode confiar na boa-fé dos banqueiros e das auditorias obrigatórias das instituições, que como de descobriu também não são infalíveis. Os tempos não são favoráveis para a actividade bancária e quando a Banca está em crise a economia fica moribunda. A situação da Banca portuguesa até parece melhor do que a média europeia. Os bancos nacionais sofrem quebra de lucros, mas ainda não estão no vermelho. Precisam de reforçar os capitais. E existe o perigo de alguns balanços estarem bem maquilhados. As falhas reveladas pela supervisão em vários casos não permitem saber com certeza se agora todos os bancos estão a reflectir nas contas toda a verdade.

ARMANDO ESTEVES PEREIRA
DIRECTOR-ADJUNTO



www.economico.pt

www.sapo.pt

▼ Destaque

António Marta é ouvido hoje no Parlamento sobre o caso BPN



O antigo vice-governador do Banco de Portugal (BdP), António Marta (na foto), vai hoje ao Parlamento prestar declarações sobre o caso BPN. Ontem,

Dias Loureiro reafirmou que alertou o BdP acerca do modelo de gestão da SLN, uma versão contrária à do ex-vice governador. Veja no 'site' todas as explicações de António Marta.

acompanhe ao minuto
www.economico.pt

▼ Notícias mais lidas ontem

- ▶ **Euribor** caem pela 75^a sessão consecutiva
- ▶ **Bancos** cortam avaliação das casas em 6%
- ▶ **Saiba** o que exigir ao banco no crédito da casa
- ▶ **Aerosoles** precisa de injeção de cinco milhões de euros
- ▶ **Ganhos** do BCP impulsionam PSI 20
- ▶ **"Não** comentamos rumores de mercado"

leia versão completa em
www.economico.pt

▼ Votações

Comece a votar a partir de hoje
O BBVA deve entrar no BCP?

Resultados finais da última votação
Concorda com a construção do TGV?

SIM	NÃO
37%	63%

Total de votos: 1.884

vote em
www.economico.pt

Modelo de gestão da SLN preocupava Dias Loureiro

O CONSELHEIRO DE ESTADO reiterou ter avisado o BdP para as práticas do BPN.

Sandra Almeida Simões
ssimoes@economicasgps.com

“O modelo de gestão era ‘one-to-one’. Oliveira Costa despachava com cada pessoa. As reuniões eram escassas.” Foi desta forma que Manuel Dias Loureiro caracterizou o modelo de gestão do fundador da Sociedade Lusa de Negócios, ‘holding’ que detinha o Banco Português de Negócios antes da nacionalização.

Perante um modelo, “diferente do tudo aquilo a que estava habituado”, o agora Conselheiro de Estado revelou que se sentiu “perdido” no universo do grupo. De tal forma que Dias Loureiro – que esteve entre Janeiro de 2001 e Março de 2002 como administrador-executivo da SLN e depois disso como não executivo até 2005 – reafirmou que sentiu necessidade de alertar o Banco de Portugal, em 2001, para esse modelo, desmentindo a versão de António Marta, o então vice-governador do Banco de Portugal. “Em Abril de 2001, tive uma reunião com António Marta. Disse-lhe que estava na SLN e que o modelo de gestão era este e que o Banco de Portugal deveria estar atento”, explicou Dias Loureiro aos deputados, no âmbito da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN.

A compra de duas empresas de tecnologia em Porto Rico e ainda alguns dos negócios propostos e sempre recusados por Oliveira Costa, foram alguns dos factos que levaram Dias Loureiro a vender as acções do grupo em Março de 2002 e a permanecer na ‘holding’ apenas como administrador não executivo.



Dias Loureiro
Antigo administrador da SLN

“Em Abril de 2001 reuni com António Marta e avisei o BdP para estar atento”.



Pedro Duarte Neves
Vice-governador do BdP

BPN “recebeu atenção muito próxima da supervisão”.

O ex-ministro da Administração Interna de Cavaco Silva negou ainda qualquer conhecimento sobre a existência do Banco Insular. “Nunca participei em reuniões ou em conversas informais, onde se abordasse esse tema”, garantiu. Ainda assim, Oliveira Costa avisou Dias Loureiro de que iria ser chamado ao BdP para falar sobre o Banco Insular, há cerca de quatro meses, ou seja, antes da nacionalização. “Oliveira Costa disse-me que, tal como eu sabia, o Banco Insular não era nem do BPN nem da SLN”, contou. Dias Loureiro revelou ainda a resposta: “A primeira vez que ouvi falar do Banco Insular foi pelos jornais”.

Na audição, marcada por um interrogatório “ordeiro” dos deputados. O facto de Dias Loureiro garantir que não cometeu ilegalidades no BPN parece ter convencido os deputados e ter acalmado o terramoto inicial, que agitou o interior do PSD.

Duarte Neves descarta responsabilidades do BdP

A audição a Pedro Duarte Neves, vice-governador do BdP, antecedeu ontem a intervenção de Dias Loureiro. Num tom bem mais “agressivo” por parte dos deputados, foi confrontado com a tardia intervenção do supervisor. O responsável descartou a responsabilidade do BdP e afirmou que chegou mesmo a existir “pressão” por parte do regulador. Pedro Duarte Neves revelou que o banco foi alvo de uma “atenção muito próxima da supervisão devido ao seu crescimento muito rápido”. ■



Miguel Cadilhe renuncia à presidência da SLN amanhã

Os accionistas da SLN já escolheram o sucessor de Miguel Cadilhe para a presidência do grupo. O nome será dado a conhecer amanhã, dia em que Miguel Cadilhe vai renunciar formalmente ao seu mandato.

João Carvalho das Neves, que integra a equipa, já enviou o seu pedido de saída com efeitos a partir da data de renúncia de Cadilhe. Disso mesmo informou ontem os seus colegas de administração, uma vez que vai estar fora do País até ao início da próxima semana.

O sucessor de Miguel Cadilhe “está disponível e é consen-

sual entre os accionistas”. Fonte contactada pelo **Negócios** não o quis identificar porque se pretende dar a conhecer o nome, em primeiro lugar, na reunião que decorrerá amanhã.

Num primeiro momento será formalizada a renúncia de Miguel Cadilhe, seguindo-se a apresentação do sucessor aos accionistas.

O actual presidente da SLN conhece bem quem o vai suceder. E Miguel Cadilhe disse sempre aos accionistas que estava disponível para se manter em funções até que fosse encontrada a pessoa que considerassem

certa para ocupar a liderança da SLN.

Com Miguel Cadilhe é já certo que sai João Carvalho das Neves. Em declarações ao **Negócios**, Carvalho das Neves disse que só fazia sentido continuar com Cadilhe, por quem foi escolhido e com quem gostou de trabalhar.

A equipa de liderança da SLN foi essencialmente constituída para dirigir o Banco Português de Negócios (BPN). A nacionalização do banco em Novembro do ano passado fez com que a sua saída se fosse tornando inevitável. **MJB/HG**

a cor do dinheiro



CAMILO LOURENÇO

Banco de Portugal: cada cavadela...

Pedro Duarte Neves, vice-governador do Banco de Portugal, disse ontem no Parlamento que o BPN "mereceu sempre atenção muito próxima da supervisão". Depois de tudo o que se passou, e do que vamos sabendo das contas da instituição (cujos prejuízos, como aqui se previu, são superiores ao que as autoridades suspeitavam...), não se percebe esta atitude. Porque o raciocínio a fazer, ao ouvir o vice-governador, é: "Então é este o resultado de um acompanhamento 'próximo'?" Se é, como se depreende das suas palavras (e do que Constâncio já havia dito na mesma comissão), o caso é preocupante. Porque confirma o desnorte em que se encontra o banco central.

As declarações de Duarte Neves são preocupantes. Porque podem funcionar como encorajamento a novos prevaricadores. Pois se até com "atenção muito próxima da supervisão" não se detectou a pouca vergonha que era a gestão do BPN...

Nada tenho contra o vice-governador nem contra o governador (que havia dito coisa parecida na comissão), um excelente macroeconomista. Mas impunha-se que depois do que se passou, reconhecessem o mau trabalho da supervisão do banco central no BPN (espera-se que não haja mais...).

Pensando bem talvez não seja má ideia retirar a supervisão da alçada do Banco de Portugal. Porque se a história se repetir, ainda vamos ouvir os mesmos responsáveis reiterarem a confiança na supervisão. Certamente cheia das melhores intenções.



ID: 23608599

28-01-2009

PRIMEIRA LINHA

[INVESTIGAÇÃO AOS BANCOS]

Banca no centro

Preocupações fizeram sair Dias Loureiro da SLN

“A saída da administração” foi “a expressão da minha preocupação máxima” em relação à Sociedade Lusa de Negócios afirmou Dias Loureiro. O antigo ministro disse estar disponível para renunciar ao cargo de membro do Conselho de Estado

Maria João Gago mjpgago@mediafin.pt

“A expressão da minha preocupação máxima foi a venda das minhas ações e a minha saída da administração executiva”, em meados de 2002, sublinhou Manuel Dias Loureiro, antigo gestor da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), “holding” que antes da nacionalização controlava o Banco Português de Negócios (BPN).

O desabafo foi proferido ao fim de duas horas de audição na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN, que ainda decorria à hora de fecho desta edição. Algumas horas antes, o antigo ministro da Administração Interna de Aníbal Cavaco Silva tinha justificado a sua saída do grupo com o facto de, em meados de 2002, “não ter funções”. “Como não tinha funções, disse ao Dr. Oliveira Costa que queria voltar à minha vida política e vender as minhas ações da SLN”, com uma mais-valia de meio milhão de euros. Assim, permaneceu apenas como administrador executivo, com a missão de concluir a venda da marroquina Redal e fazer avançar uma parceria com a espanhola Caixa Galicia. Este último negócio, aliás, que deveria ter passado pela entrada da instituição espanhola no capital do BPN, era defendido por Dias Loureiro para que o modelo de gestão mudasse.

Durante a reunião de ontem, o também membro do Conselho de Estado – que disse estar disponível para renunciar a este cargo, se “sentisse que tinha feito coisas que incomodavam” o Presidente da República – afirmou por diversas vezes que não se sentia confortável com a forma como o líder histórico da instituição geria o grupo. “Era um mo-

A máquina multibanco de Porto Rico

➔ Dias Loureiro explicou que o negócio da SLN em Porto Rico surgiu na sequência da decisão de vender a concessão de águas que o grupo tinha em Marrocos, para a qual necessitava de autorização do Governo daquele país. Foi então que um responsável ligado à Dragados referiu el-Assir, como o homem indicado para ajudar. E foi o libanês que lhe falou de uma máquina construída por uma fábrica em Porto Rico, equivalente ao multibanco. Dias Loureiro contou o caso a Oliveira Costa, que mandou Carlos Gonçalves, líder da Datacomp, conversar com el-Assir. Depois de vários encontros o negócio foi fechado em 2002, mesmo depois de pareceres contra da SLN. Os problemas entre os sócios porto-riquenhos e a SLN surgiram no ano seguinte, por causa do montante a ser investido e Oliveira Costa decidiu parar o negócio, quando Dias Loureiro já não era administrador executivo da SLN. Antes disso, em Maio, havia que assinar as contas de 2001. “Eu, nessa altura, ainda era gestor executivo e perguntei onde é que estava registada a compra de Porto Rico. Oliveira Costa respondeu que a empresa estava parqueada num veículo (por isso não estava registada nas contas) e que depois seria colocada numa holding tecnológica destinada a ser cotada e bolsa”, concluiu Dias Loureiro.

delo de gestão muito ‘one-to-one’. O Dr. Oliveira Costa despachava com cada pessoa. As reuniões eram muito escassas”, admitiu Dias Loureiro, referindo ainda que, passados poucos meses de estar no grupo começou a “sentir alguma má vontade em relação” à sua pessoa.

Ainda assim, nunca pôs em causa a liderança do seu antigo colega de Governo, que disse respeitar, por estar em causa “uma pessoa que tinha um currículo impressionante”. E mais de um ano antes de ter saído da gestão executiva, em Abril de 2001, pediu para ter uma reunião com António Marta, então vice-governador do Banco de Portugal responsável pela supervisão bancária. “Disse-lhe que estava na SLN e que o modelo de gestão era este, e que o BdP devia estar atento. O Dr. António Marta disse-me que o Banco estava atento ao BPN assim como a todos os bancos”.

Oliveira Costa garantiu que Insular não era da SLN

Questionado pelos deputados sobre as irregularidades cometidas pela gestão de Oliveira Costa, o antigo administrador da SLN assegurou que “não sabia que havia o Banco Insular”, a instituição cabo-verdeana que o BPN terá usado para operações ilegais não registadas no balanço.

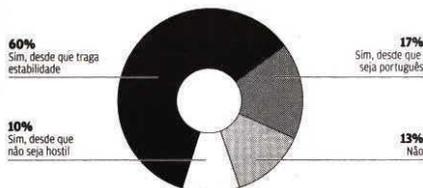
Aliás, ainda há poucos meses, “há quatro meses, no máximo, antes da nacionalização”, Oliveira Costa lhe pediu para se deslocar a sua casa. “Disse-me que havia um inquérito do Banco de Portugal, que eu poderia ser chamado a depor e, além disso, que o Banco Insular não é do BPN nem da SLN”.



Dias Loureiro | Nunca coloquei em causa liderança de Oliveira Costa.

BARÓMETRO

O BCP precisa de um novo accionista forte?



O eventual interesse dos espanhóis do BBVA no Millennium Bcp agitou ontem o mercado bolsista. O Negócios colocou aos leitores a pergunta "o BCP precisa de um novo accionista forte?" e a resposta maioritária foi "sim, desde que traga estabilidade". Esta opção foi escolhida por 60% dos participantes neste barómetro que até ao fecho desta edição contabilizava 524 votantes. Por seu turno, 13% dos participantes também responde afirmativamente "desde que seja português" e apenas 10% rejeitaram liminarmente esta hipótese

da tempestade

Pedro Aperta

QUEM JÁ FOI OUVIDO E O QUE DISSE

Carlos Santos

Antigo director de supervisão do BdP

Carlos Santos foi ouvido a 20 de Janeiro e sublinhou existirem dúvidas sobre a idoneidade de Oliveira Costa. O antigo homem-forte da supervisão, sustentou que o Banco de Portugal impôs a realização de uma auditoria ao BPN antes da chegada de Cadilhe.

Abdool Vakil

Presidente do Banco Efisa

O líder do Efisa foi presidente interino do BPN entre Fevereiro e Junho de 2008. No Parlamento, onde esteve a 17 de Janeiro, afirmou que o BPN precisava de uma intervenção. Quanto a ser uma nacionalização disse tratar-se de um problema político.

Miguel Cadilhe

Ex-presidente do BPN

O ex-líder do BPN e ainda presidente não executivo da Sociedade Lusa de Negócios, ouvido a 15 de Janeiro, acusou Vítor Constâncio de mentir ou ocultar a verdade no caso BPN, defendendo que a nacionalização do banco foi, apenas, uma decisão política.

Oliveira Costa

Ex-presidente do BPN e SLN

A sua ida ao Parlamento, a 13 de Janeiro, foi sobretudo um momento mediático. Detido preventivamente desde 20 de Novembro, Oliveira Costa invocou o estatuto de arguido junto para não prestar depoimento na comissão de inquérito.

HOJE VAI SER OUVIDO

António Marta

Ex-vice governador do BdP

É a segunda vez que António Marta vai a uma comissão de inquérito. Já havia sido chamado no caso BCP.

Duarte Neves garante que impôs auditoria ao banco

Maria João Gago

mijago@mediafin.pt

O vice-governador do Banco de Portugal (BdP), Pedro Duarte Neves, garantiu ontem na comissão parlamentar de inquérito ao Banco Português de Negócios (BPN), que foi ele próprio quem decidiu impor a realização de uma auditoria extraordinária à instituição, no início de Junho. O número dois de Vítor Constâncio esclareceu ainda que foi isso mesmo que o BdP disse à administração do BPN, então liderada por Abdool Vakil, numa carta datada de 4 de Junho.

"Fui eu próprio que tomei a decisão de impor uma auditoria externa extraordinária ao BPN, depois de consultar os membros do conselho do BdP", sublinhou Duarte Neves. Já antes, na declaração inicial que fez perante a comissão, o homem-forte da supervisão bancária tinha dito que o BdP "determinou a apresentação de contas consolidadas com inclusão das entidades anteriormente omitidas [sobretudo, a actividade do Banco Insular], devidamente certificadas por entidade externa habilitada, bem como a apresentação de um relatório de provisões económicas referentes aos activos a integrar".

Na altura, o BdP não seleccionou uma empresa de auditoria, nem esclareceu junto do então líder do BPN a necessidade de realizar aquela avaliação extraordinária porque Abdool Vakil "não

estava em condições de promover essa auditoria. Estava de saída, não tinha apoio interno para fazer essa auditoria, pelo que essa necessidade só foi comunicada ao novo presidente", Miguel Cadilhe.

Duarte Neves justificou o facto de o BdP só ter pedido uma auditoria extraordinária no início de Junho com o facto de "a situação grave no BPN ter sido detectada em Junho de 2008. Por isso, não se colocava a possibilidade de avançar com um plano de saneamento na instituição". E a nomeação de administradores provisórios só poderia ter sido feita no âmbito de um plano de saneamento.

O vice-governador referiu ainda que os 157 pedidos de informação do BdP que Abdool Vakil diz ter encontrado por responder foram feitos no âmbito da preparação da acção de supervisão que estava a ser preparada ao BPN. "Todos os pedidos anteriormente entregues tiveram sequência e, nalguns casos, motivaram pedidos adicionais. Aliás, foi na sequência de pedidos do BdP que, em 2007, o banco prestou informação falsa ao BdP, o que levou a um processo de contra-ordenação por prestação de informação falsa. Não havia pedidos de informação de 2007 por responder", garantiu Duarte Neves.

Além desta contra-ordenação, o supervisor desencadeou ainda mais quatro processos contra o BPN, ainda antes de Cadilhe entrar em funções, no final de Junho.



Fui eu próprio que tomei a decisão de impor uma auditoria externa extraordinária ao BPN.

Pedro Duarte Neves
Vice-governador do BdP



A situação grave só foi detectada em Junho de 2008. Por isso não se colocava a hipótese de avançar com um plano de saneamento.

Pedro Duarte Neves
Vice-governador do BdP





Um ponto é tudo



Ferreira Fernandes

AI, SE O TIVESSEM OUVIDO...

Comissão parlamentar de inquérito ao caso do BPN, ontem. Falou Dias Loureiro, ex-administrador na Sociedade Lusa de Negócios (SLN), de que era presidente Oliveira Costa, também presidente do BPN, que está detido. Disse Dias Loureiro: "Sentia-me um pouco perdido no modelo de gestão." Em 2001, pediu um encontro com António Marta, vice-governador do Banco de Portugal. Dias Loureiro conta: "Disse-lhe: eu estou na SLN, um grupo sujeito à supervisão do Banco de Portugal, e queria dizer-lhe que o modelo de gestão é este. Sinto-me um pouco intranquilo e penso que o Banco de Portugal deveria estar atento." Foram as palavras de Dias Loureiro. É verdade que elogios em boca própria provam pouco. Mas, hoje, António Marta é também ouvido. Se ele confirmar, Dias Loureiro deve ser condecorado. Um administrador, em 2001 (!), estava "intranquilo" com a forma como era gerida uma sociedade financeira! Tivesse o Banco de Portugal a presciência de acatar o aviso e alertar a banca mundial e não teríamos a crise que hoje vivemos. Mais coisa menos coisa, foi sempre o mesmo "modelo de gestão" - do BPN ao Lehman Brothers - que deu cabo disto. ■

Parlamento. Dias Loureiro foi ontem à comissão de inquérito ao BPN garantir que nada fez que possa causar dano ao Presidente da República. O antigo administrador da SLN garante que, se sentisse Cavaco incomodado, abandonaria cargo

Ao "menor incómodo deixaria" Conselho de Estado

Loureiro diz que se sentia "perdido" na gestão do BPN

EVA CABRAL

Dias Loureiro garantiu ontem, no Parlamento, que deixaria de imediato o seu lugar no Conselho de Estado "caso sentisse o menor incómodo por parte do Presidente da República", ou se "sentisse ter feito alguma coisa que colocasse em causa o seu papel". Respondendo a uma pergunta colocada na comissão parlamentar de inquérito ao BPN por João Semedo, do BE, Dias Loureiro deixou claro que no caso do Conselho de Estado "não interessa a questão formal" (de não poder ser demitido) mas a questão política real de sentir "que nada fez que possa causar incómodo a Cavaco Silva".

Na audição de ontem Dias Loureiro disse que se sentia "perdido pelo modelo de gestão" da Sociedade Lusa de Negócios

(SLN) e que não tinha funções específicas na empresa. Ao longo de uma extensa audição

que ainda decorria à hora de fecho desta edição - frisou que alertou o Banco de Portugal sobre o que se passava na SLN e explicou a aquisição da Plêiade pela SLN e os negócios que propôs a Oliveira Costa, mas que este recusou.

"Sentia-me perdido pelo modelo de gestão. Não tinha funções definidas nem a responsabilidade de uma empresa", afirmou. Segundo Dias Loureiro "era um modelo de gestão que era muito 'one-to-one'. O Dr. Oliveira Costa despachava com cada pessoa." Referiu também que "as reuniões eram muito escassas" e que começou mesmo a sentir "alguma má vontade em relação a mim".

Dias Loureiro diz que foram vários os negócios da SLN que não correram

muito bem. Referiu, por exemplo, que propôs uma parceria nos cimentos com o grupo Champalimaud, um negócio que Oliveira Costa recusou.

Em resposta a Honório Novo, do PCP, referiu que o genro do ex-presidente do governo espanhol, José Maria Aznar, e outro gestor espanhol foram contratados pelo BPN para abrir um escritório em Madrid e para ajudar a abrir um pequeno negócio em Espanha. O objectivo era o de auxiliar empresas portuguesas a instalar-se em Espanha. Mas, mais uma vez o negócio acabou por não ter êxito.

O ex-ministro de Cavaco lembrou que quando saiu do Governo teve "muitos contactos para ir trabalhar", designadamente com José Roquette para a Plêiade. Mais tarde Dias Loureiro propôs que a SLN ficasse com 50% desta empresa e financiasse a aquisição do restante capital.

O antigo líder do BPN disse que estava interessado e até que Dias Loureiro fosse seu número dois, mas propôs que a SLN comprasse a totalidade da Plêiade, afirmou Dias Loureiro, explicando que "entrei para a SLN

e propus levar duas pessoas, entre as quais Daniel Sanches" (ex-director do SIS). Oliveira Costa aceitou que Daniel Sanches fosse para *controller* do grupo e que Dias Loureiro levasse Lencastre Bernardo (ex-director do SEF) para seu braço direito. No âmbito deste processo, Oliveira Costa pediu a Dias Loureiro para ficar responsável pela área dos cimentos e da saúde da SLN, sendo que o gestor ficou ainda com a gestão da Inapal e a da marroquina Redal, que era da Plêiade.

O antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios, Dias Loureiro confirmou ainda ter recomendado os nomes dos espanhóis Alexandre Agag (genro de Aznar) e António Assunção para o "pequeno escritório" que o BPN abriu em Espanha. ■



Dias Loureiro reafirma que alertou o Banco de Portugal sobre a gestão do BPN

Sentia-me perdido pelo modelo de gestão. Não tinha funções definidas nem a responsabilidade de uma empresa

Estava habituado a ter reuniões formais, com actas. Ele [Oliveira Costa] disse: o meu método de gestão é este

Caso sentisse o menor incómodo por parte do Presidente da República deixaria de imediato o Conselho de Estado

Manuel Dias Loureiro Ex-administrador da SLN

LOUREIRO 'VERSUS' MARTA

"Em Abril de 2001 tive uma reunião com António Marta, do Banco de Portugal. Disse-lhe que estava na SLN e que o modelo de gestão era diferente daquele a que estava habituado - pois não havia reuniões formais - e que o BdP devia estar atento", referiu Dias Loureiro. O ex-administrador da SLN acrescentou que Marta disse que estava atento. Uma posição que colide com a do ex-responsável do BdP, que nega que Dias Loureiro lhe tenha pedido para a supervisão bancária dar atenção a este banco. "Se o Dr. Dias Loureiro anda a dizer que informou o BdP de problemas de gestão do BPN ou está a fazer confusão com a pessoa, ou a mentir", afirmou António Marta, em notícia publicada pelo Expresso em finais de Novembro. António Marta é hoje ouvido na AR.

Vice-governador do Banco de Portugal não convenceu oposição

O vice-governador do Banco de Portugal (BdP) com o pelouro da supervisão, Pedro Duarte Neves, sustentou ontem, no Parlamento, que o banco central "determinou a 4 de Junho de 2008 a apresentação de contas consolidadas do BPN com inclusão de entidades anteriormente omitidas pelo mesmo, ou seja o Banco Insular e o chamado balcão virtual".

Uma tese que Nuno Melo, do CDS, não aceita como boa, lembrando que tem sempre de ser por deliberação do próprio BdP e não por decisão do vice-governador que se pode obrigar uma instituição a fazer uma auditoria externa. Ou seja, o deputado do CDS - que sujeitou o vice-governador a uma bateria de perguntas - frisou que só dia 26 de Julho é que, por escrito, o BdP ordenou a auditoria que a nova administração de Cadilhe já encomendara à Deloitte.

Duarte Neves referiu, ainda, que Abdool Vakil não estava em condições de solicitar uma auditoria ao banco "porque estava de saída e não tinha apoio interno para a fazer". O vice-governador do BdP foi, no entanto, peremptório sobre quem teve a primazia na decisão de fazer a auditoria externa: "Fui eu próprio que tomei a decisão de impor uma



Duarte Neves pediu auditoria ao BPN

auditoria externa extraordinária ao BPN, depois de consultar os membros do conselho do BdP", frisou, sem nunca responder ao facto de ser necessário uma deliberação do conselho de administração do BdP.

O quadro do banco central disse, ainda, que Cadilhe não foi avisado sobre a situação do BPN antes de assumir funções, uma vez que tal procedimento violava a lei. Respondendo a Honório Novo, do PCP, o vice-governador referiu que antes da administração de Miguel Cadilhe tomar posse não podia "avisar do que se passava nessa instituição. Seria uma violação da lei". ■-E.C.



ID: 23608649

28-01-2009

BPN

“Nunca ouvi falar do Banco Insular”

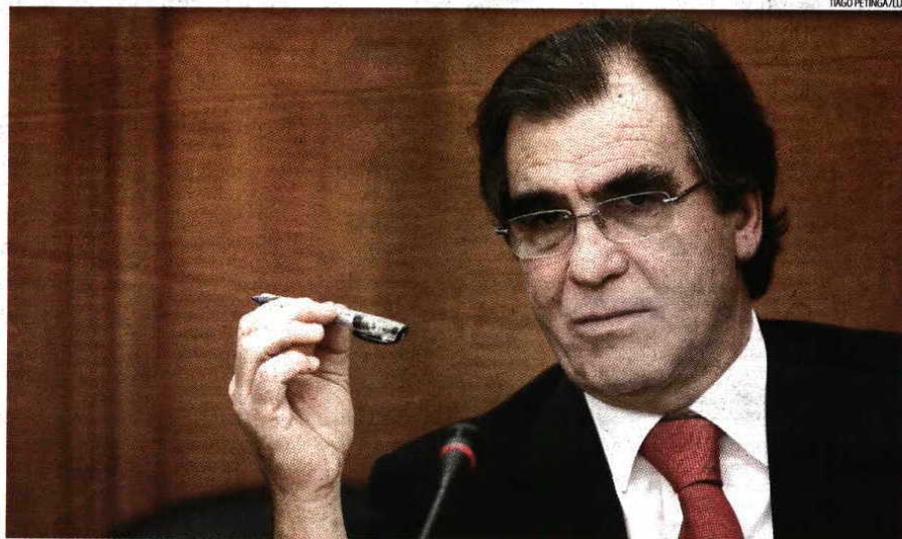
ANA PAULA CORREIA
apc@jn.pt

Dias Loureiro foi à comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN para dizer que não concordava com o modelo de gestão seguido por Oliveira e Costa e que só soube “há poucos meses” da existência do Banco Insular.

O desconhecimento da existência de ilegalidades voltou a ser, ontem, a linha de argumentação do antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), detentora do BPN, cujo ex-presidente, Oliveira e Costa, se encontra em prisão preventiva por suspeita de branqueamento de capitais e fraude fiscal.

Para justificar esse desconhecimento, nomeadamente da existência do Banco Insular, de Cabo Verde, um dos instrumentos alegadamente usados pelo BPN para descapitalizar o grupo empresarial, Dias Loureiro revelou ter sido chamado a casa de Oliveira e Costa “há cerca de quatro meses”.

“Quis avisar-me de que iria ser chamado a depor no âmbito de uma investigação do Banco de Portugal e que o Banco Insular não pertencia ao BPN ou à SLN. Repondi-lhe que só ouvira falar da existência do Banco Insular pelos jornais”. Além deste relato, Dias Loureiro fez ainda questão de revelar que escreveu uma carta pessoal a Oliveira e Costa, antes de ter saído da empresa, em



TIAGO PETINGA/LUSA

Manuel Dias Loureiro foi ouvido ontem pela comissão de inquérito parlamentar ao longo de mais de três horas e meia

Dias Loureiro revelou que Oliveira e Costa o avisou de que iria ser chamado ao Banco de Portugal

2005, na qual expôs as suas divergências em relação ao modelo de gestão seguido.

Essas divergências serviram de base argumentativa para o antigo ministro afirmar que a maioria das decisões era tomada pelo pre-

sidente do grupo em encontros bilaterais e não em reuniões do Conselho de Administração.

“Quando manifestava a minha discordância por este modelo, ele (Oliveira e Costa) chegou a dizer-me: ‘Isto parece um caos mas há um pessoa que conhece todos os pontos, que sou eu’”. Mais um relato de conversas pessoais, com os quais Dias Loureiro tentou justificar a sua permanência como administrador executivo da SLN ao longo de um ano e meio (de 2001 a 2002) e a

sua manutenção como não executivo por mais três anos.

Foi também esse modelo de gestão que reafirmou ter sido o tema da reunião com o vice-governador do Banco de Portugal, António Marta, que hoje será também ouvido na comissão e que tem uma versão diferente do teor da reunião.

“Não vi coisas ilegais. Se tivesse visto, sairia. Vi coisas que não se enquadravam no meu conceito de gestão e por isso vendi as ações e deixei de ser executivo”, afirmou repetidamente na audição. ■

Demite-se se incomodar o PR

Manuel Dias Loureiro garantiu ontem que se demitiria do Conselho de Estado se sentisse que causasse algum incómodo a Cavaco Silva. “Se houvesse o mínimo sinal de que as minhas ações estariam a causar algum incómodo ao presidente da República, sairia do Conselho de Estado”. A afirmação do antigo ministro dos governos chefiados por Cavaco Silva surgiu em resposta aos deputados Ricardo Rodrigues, do PS, e João Semedo, do BE, que questionaram a sua manutenção no cargo de conselheiro de Estado, que ocupa por convite do chefe de Estado. “Sei o que fiz e não me pesa nada na consciência, mas se me passasse alguma coisa tomaria outra atitude”. Dias Loureiro considerou ser esta a “questão política substantiva” que o leva a manter-se como conselheiro de Estado. Como fez questão de sublinhar na consciência não lhe pesam actos de gestão que subscreveu como, por exemplo, a omissão nas contas da SNL da transacção de duas empresas do Porto Rico, da qual resultou um prejuízo de mais de 38 milhões de dólares.



JORNAL DE **negócios**

Jornal económico do ano
Site de informação do ano

QUARTA
28

Quarta-feira 28 de Janeiro de 2009 • Diário • Ano X • Nº 1426 €1,50
Director: Pedro Santos Guerreiro
Directores-adjuntos: Helena Garrido, João Cândido da Silva

www.negocios.pt

Buscas ao BPP envolvem residências particulares



➔ Operações em paraísos fiscais através do banco detectadas pela CMVM são os alvos das investigações judiciais

Elementos do Ministério Público, da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários e da Polícia Judiciária fizeram ontem buscas à sede do BPP em Lisboa, assim como a residências particulares. Em causa estão suspeitas de irregularidades em operações com sociedades 'offshore', que apresentam algumas se-

melhanças com o que foi detectado no Banco Português de Negócios (BPN). Esta iniciativa da justiça foi determinada por uma denúncia da CMVM, na sequência das suas acções de supervisão prudencial. O Banco de Portugal apresentou também uma queixa à Procuradoria. **Págs. 4 a 7**

Hoje
não perca
por apenas

€6,95

EnglishPro
O novo volume com CD "Mergers & Acquisitions"



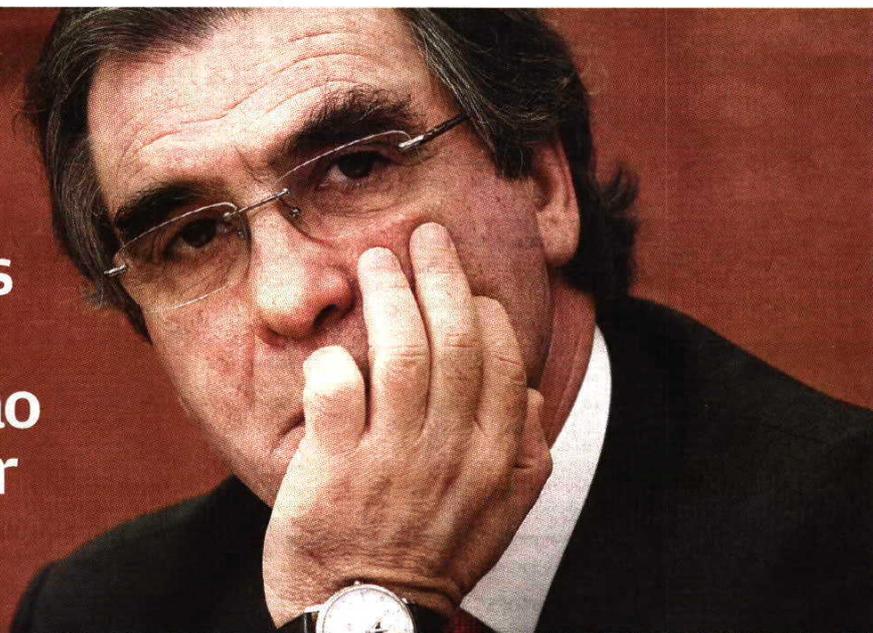
LEX
Os maiores negócios das sociedades de advogados

Págs. 34 e 35

Dias Loureiro no Parlamento

Vendi as minhas acções e saí da administração da SLN por estar preocupado

Págs. 4 e 5



Pacote de €541 milhões

Autoeuropa executa plano de investimento sem atrasos

Pág. 8

Imobiliário

Chamartín disposta a vender o 'shopping' Dolce

Vita Tejo após a abertura

Pág. 15

Mercado de trabalho

Contratação colectiva bate valores recorde de 1994

Págs. 18 e 19

Euro/dólar



Saiba quais as empresas que estão a ganhar com a subida da moeda americana

Págs. 26 e 27



Inquérito

BdP desmentido por Dias Loureiro

Na comissão, o ex-ministro insiste que alertou banco para “estar atento” à SLN. **Vice-governador defende-se**



O DISSE E O DIZ QUE DISSE
LUÍS ANICETO

O antigo ministro português e António Marta têm visões distintas sobre a mesma situação. Entre o excesso de atenção e falta dela, só uma poderá ser verdadeira

POR: MARIA NOBRE
mnobre@meiahora.pt

Dias Loureiro voltou ontem a insistir que se reuniu com o responsável pela supervisão bancária do Banco de Portugal (BdP) para pedir mais atenção à Sociedade Lusa de Negócios (SLN). Desta forma, o antigo ministro desmente António Marta, que afirma que na reunião Dias Loureiro foi precisamente queixar-se de excesso de supervisão à SLN.

“Estou na SLN e eu queria dizer-lhe que o modelo de gestão é este. Acho que o BdP devia estar atento”, revelou Dias Loureiro, sobre a conversa com Marta, à comissão

Ex-dirigente disse que “a verdade é aquela que eu estou a dizer”

parlamentar de inquérito ao BPN, que ainda ouvia o ex-ministro à hora de fecho desta edição.

O antigo ministro de Cavaco Silva fez também questão de sublinhar que “a verdade é aquela que eu estou a dizer”, pondo assim de parte a versão de António Marta.

Impossível. Antes de Manuel Dias Loureiro, foi a vez da comissão parlamentar, ou-

vir Duarte Neves. O vice-governador do BdP revelou que a estrutura paralela de operações não registadas do universo SLN/BPN “não era passível de detecção pelos métodos normais de supervisão e auditoria”.

Reunião

Dias Loureiro e António Marta reuniram-se em Abril de

2002

O antigo ministro reiterou que alertou o BdP sobre o modelo de gestão da SLN



Dias Loureiro “só soube da existência do Banco Insular há alguns meses pelos jornais”

Ana Brito

Argumentos usados por Oliveira e Costa para ocultar prejuízos de 30 milhões de euros com compra de duas empresas de Porto Rico pareceram “razoáveis”

● O ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), Dias Loureiro, afirmou ontem aos deputados da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN que nunca participou em qualquer reunião ou teve qualquer conversa em que fosse mencionado o Banco Insular, que serviu para ocultar perdas de 400 milhões de euros. “Só soube do Insular há alguns meses pelos jornais”, afirmou o antigo ministro da Administração Interna de Cavaco Silva.

Dias Loureiro reafirmou aos deputados a sua estranheza perante o modelo de gestão utilizado por Oliveira e Costa, acrescentando que foi essa estranheza que o levou a pedir a Miguel Beza que marcasse uma reunião com o então vice-governador do Banco de Portugal (BdP), António Marta, para lhe pedir especial atenção ao BPN, apenas três meses depois de assumir funções como administrador executivo na SLN.



Dias Loureiro

“O que verificava é que o tempo ia correndo e que o modelo de gestão era muito *one-to-one*. Oliveira e Costa despachava com as pessoas individualmente” e quase não havia reuniões, nem actas. “Não tinha quaisquer factos concretos para apresentar [a António Marta], apenas queria estar tranquilo”, disse Dias Loureiro.

O ex-administrador diz ter dado conta das suas preocupações insistentemente junto de Oliveira e Costa. Até porque a dada altura garante ter ficado “sem nenhuma função” e ter começado a notar “algum desconforto” com a sua presença por parte de alguns accionistas. “É preciso ver que ele [Oliveira e Costa] tinha um currí-

culo impressionante e percebia muito mais daquilo que eu.”

Foi por isso que, quando questionou o banqueiro por não ver reflectidas nas contas de 2001 as aquisições de duas empresas tecnológicas de Porto Rico, aceitou como “razoável” a explicação de que as operações ficariam parqueadas em veículos fora do grupo até integrarem uma *holding* tecnológica para dispersar em bolsa.

E o mesmo se passou quando Oliveira e Costa lhe explicou que os prejuízos de 30 milhões de euros resultantes do negócio não estavam contabilizados por terem sido diluídos nas empresas do grupo SLN que apresentavam lucros.

Duarte Neves ouvido pelos deputados

Detecção do Insular deveu-se ao BdP

● O vice-governador do Banco de Portugal (BdP), Pedro Duarte Neves, também ouvido ontem na comissão parlamentar, garantiu que foi a pressão do supervisor sobre a administração de Abdool Vakil que em Junho do ano passado levou “à descoberta surpreendente” do Banco Insular.

Foi depois desta confissão que o BdP “sinalizou”, numa carta enviada

a 4 de Junho a Vakil, a necessidade de consolidar estas operações nas contas e realizar uma auditoria.

Por saber que estava em curso o processo de mudança de administração do BPN, o BdP entendeu esperar pela entrada em funções de Cadilhe, para pôr o processo em marcha, explicou Duarte Neves. “Foi um processo transparente e de vontade mútua”

entre o BdP e a nova administração do BPN, assegurou.

O responsável disse ainda que “antes do Verão havia a esperança” de que o plano de recuperação de Cadilhe pudesse resolver os problemas do grupo, mas que “as premissas mudaram” com a crise financeira. E acrescentou que o BdP nunca fez nenhum parecer sobre a nacionalização do banco.